

Pe. Raniero Cantalamessa

Terceira Prédica de Quaresma

A CARIDADE SEM FINGIMENTO

1. Amarás o teu próximo como a ti mesmo

Um fato notável: o rio Jordão, no seu curso, forma dois mares – o mar da Galileia e o mar Morto. O mar da Galileia é borbulhante de vida, com águas das mais piscosas da terra. O mar Morto é precisamente “morto”: não há rastro de vida nem nele nem ao redor; somente sal. E se trata da mesma água do Jordão! A explicação, pelo menos em parte, é esta: o mar da Galileia recebe as águas do Jordão, mas não as retém para si; deixa fluírem, para irrigarem todo o vale do Jordão. Já o mar Morto recebe as águas e as retém para si, não tem efluentes, dali não sai uma gota. É um símbolo. Para receber o amor de Deus, devemos dá-lo aos irmãos, e, quanto mais damos, mais recebemos. É sobre isto que refletiremos nesta meditação.

Depois de refletir nas duas primeiras meditações sobre o amor de Deus como dom, é hora de meditarmos também sobre o dever de amar; e, em particular, sobre o dever de amar o próximo. O vínculo entre os dois amores é exposto de modo programático na palavra de Deus: “Se Deus nos amou tanto, nós devemos amar-nos uns aos outros” (1Jo 4,11).

“Amarás o próximo como a ti mesmo” era um mandamento antigo, escrito na lei de Moisés (Lev 19,18) e Jesus mesmo o cita como tal (Lc 10,27). Então como é que Jesus o chama de “seu” mandamento e de mandamento “novo”? A resposta é que mudaram o sujeito, o objeto e o motivo do amor ao próximo.

Mudou antes de tudo o *objeto*: *quem* é o próximo que deve ser amado. Não é mais só o compatriota, ou o hóspede que habita em meio a nós, mas todos os homens, inclusive o estrangeiro (o samaritano!), inclusive o inimigo! É verdade que a segunda parte da frase “Amarás o teu próximo e odiarás o teu inimigo” não se encontra ao pé da letra no Antigo Testamento, mas assume a sua orientação geral, expressa na lei de talião “Olho por olho, dente por dente” (Lev 24,20), ainda mais se confrontada com o que Jesus nos exige:

“Mas eu vos digo: amai os vossos inimigos e rezai por quem vos persegue, para serdes filhos do vosso Pai que está nos céus; pois ele faz nascer o sol sobre maus e bons, e chover sobre justos e injustos. Se amais os que vos amam, que mérito tendes? Não fazem o mesmo os publicanos? E se saudais somente os vossos irmãos, que fazeis de extraordinário? Assim não agem também os pagãos?” (Mt 5, 44-47).

Mudou também o *sujeito* do amor ao próximo, o significado da palavra *próximo*. Não é o outro; sou eu. Não é quem

está perto

, mas quem

se aproxima

. Com a parábola do bom samaritano, Jesus demonstra que não devemos esperar passivamente que o próximo surja em nosso caminho, dando seta e de sirene ligada. O próximo é você, ou aquele que você pode se tornar. O próximo não existe de cara; só temos um próximo se nos aproximamos de alguém.

E mudou, mais do que tudo, o *modelo* ou a *medida* do amor ao próximo. Antes de Jesus, o modelo era o amor a si mesmo: “como a ti mesmo”. Foi dito que Deus não podia amarrar o amor ao próximo numa estaca melhor que esta; não teria atingido o mesmo resultado nem se tivesse dito “Amarás o próximo como ao teu Deus”, porque quanto ao amor de Deus, ou seja, quanto ao que é amar a Deus, o homem ainda pode trapacear, mas quanto ao amor a si mesmo, não. O homem sabe perfeitamente o que significa, em qualquer circunstância, amar a si mesmo; é um espelho que está sempre diante dele [1].

Mas é possível enxergar mal até o amor a si mesmo. Por isso Jesus substitui o modelo e a medida por outro: “Este é o meu mandamento: que vos ameis uns aos outros *como eu vos ame*” (Jo 15,12).

O homem pode amar a si mesmo do jeito errado, desejando o mal em vez do bem, o vício e não a virtude. Se um homem desse ama o próximo como a si mesmo e quer para ele o mesmo que quer para si, pobre de quem é amado! Já o amor de Jesus, sabemos aonde nos leva: à verdade, ao bem, ao Pai. Quem o segue “não anda nas trevas”. Ele nos amou dando a

vida por nós, quando éramos pecadores, ou seja, inimigos (Rom 5,6).

Entende-se assim o que o evangelista João quer dizer com a afirmação aparentemente contraditória: “Caríssimos, não vos escrevo um mandamento novo, mas um mandamento velho, que tínheis desde o princípio: o mandamento velho é a palavra que ouvistes. E é, no entanto, um mandamento novo o que vos escrevo” (1Jo 2, 7-8). O mandamento do amor ao próximo é antigo na letra, mas novo pela novidade do evangelho. Novo, explica o papa num capítulo de seu mais recente livro sobre Jesus, porque não é mais só “lei”, mas também, e antes, “graça”. Funda-se na comunhão com Cristo, possível pelo dom do Espírito [2].

Com Jesus, passamos da lei do *contrappasso*, ou entre dois agentes (“O que o outro te faz, fá-lo a ele”) para a lei do *trapasso*, entre três agentes: “O que Deus te fez, fá-lo ao próximo”, ou, na direção oposta, “O que fizeres com o próximo, Deus fará contigo”. Jesus e os apóstolos repetem este conceito: “Como Deus vos perdoou, perdoai-vos uns aos outros”. “Se não perdoardes de coração aos vossos inimigos, nem vosso pai vos perdoará”. É cortada pela raiz a desculpa do “mas ele não me ama, me ofende”. Isto diz respeito a ele, não a você. A você interessa o que você faz ao outro e como você se comporta diante do que ele faz a você.

Resta a principal pergunta: por que esta singular mudança de rota do amor de Deus ao próximo? Não seria mais lógico “Como eu vos amei, amai a mim” em vez de “Como eu vos amei, amai-vos uns aos outros”? Pois esta é a diferença entre o amor puramente *eros* e o amor que é

eros

e

ágape

juntos. O amor puramente erótico é um circuito fechado: “Ama-me, Alfredo, ama-me como eu te amo”, canta Violeta na Traviata de Verdi: eu te amo, tu me amas. O amor de *ágape* é um circuito aberto: vem de Deus e volta a ele, mas passando pelo próximo. Jesus inaugurou ele próprio esse novo tipo de amor: “Como o Pai me amou, eu amei a vós” (Jo 15,9).

Santa Catarina de Sena deu sobre o motivo disto a explicação mais simples e convincente. Ela escreve o que considera que Deus quer:

“Eu vos peço amar-me com o mesmo amor com que vos amo. Mas não podeis, já que vos amei sem ser amado. Todo o amor que me tendes é de dívida, não de graça, porque devestes

amar-me, enquanto eu vos amo com amor de graça, e não de dívida. Não podeis, pois, dar a mim o amor que vos peço. Eis por que vos pus ao lado o vosso próximo: para lhe fazerdes o que a mim não podeis, que é amá-lo sem consideração de mérito nem à espera de utilidade. E considero que fazeis a mim o que fizerdes a ele” [3].

2. Amai-vos de coração sincero

Depois destas reflexões gerais sobre o mandamento do amor ao próximo, é hora de falar das qualidades que devem revestir esse amor. São fundamentalmente duas: deve ser um amor sincero e um amor de fato, um amor do coração e das mãos. Desta vez nos ateremos à primeira qualidade, deixando-nos guiar pelo grande cantor da caridade, que é Paulo.

A segunda parte da Carta as Romanos é um subseguir-se de recomendações sobre o amor recíproco na comunidade cristã. “A caridade não seja fingida [...]; amai-vos uns aos outros com afeto fraterno, esforçai-vos no recíproco estimar-se...” (Rm 12, 9). “Não devais a ninguém, senão um amor mútuo, porque quem ama seu semelhante cumpriu a lei” (Rm 13,8).

Para captar a alma unificante destas recomendações, a ideia de fundo, ou melhor, o “sentimento” que Paulo tem da caridade, temos que partir da palavra inicial: “A caridade não seja fingida!”. Esta não é uma das muitas exortações, mas a matriz de que derivam todas as outras. Contém o segredo da caridade. Procuremos captar, com a ajuda do Espírito, esse segredo.

O termo original usado por São Paulo, e traduzido como “sem fingimento”, é *an-hypòkritos*: “sem hipocrisia”. Este vocábulo é uma espécie de luz indicadora; é um termo raro, que achamos no Novo Testamento quase exclusivamente para definir o amor cristão. A expressão “amor sincero” (*an-hypòkritos*) volta em 2 Cor 6,6 e em 1 Pd 1,22. Este último texto permite notar, com toda a certeza, o significado do termo em questão, porque o explica com uma perífrase: o amor sincero, diz, consiste no amar-se intensamente com sincero coração.

São Paulo, então, com aquela simples afirmação, “a caridade não seja fingida”, leva o tema até a própria raiz da caridade: o coração. O que se pede do amor é que seja verdadeiro, autêntico, não fictício. Como o vinho, para ser “sincero”, precisa ser espremido da uva, assim o amor precisa vir do coração. Também nisso o Apóstolo é o eco fiel do pensamento de Jesus,

que indicou o coração, repetidamente e com força, como o “lugar” em que se determina o valor do que o homem faz, o que é puro ou impuro, na vida de uma pessoa (Mt 15,19).

Podemos falar de uma intuição paulina a respeito da caridade; ela consiste em revelar, por trás do universo visível e exterior da caridade, feito de obras e palavras, outro universo todo interior, que é, em comparação com o primeiro, o que a alma é para o corpo. Revemos esta intuição no outro grande texto sobre a caridade, que é 1 Cor 13. São Paulo, se observamos bem, está falando da caridade interior, das disposições e sentimentos de caridade: a caridade é paciente, é benigna, não é invejosa, não se irrita, tudo releva, tudo crê, tudo espera... Nada que se refira, em si e diretamente, ao *fazer* o bem, ou às obras de caridade, mas à raiz do *querer* bem. A benevolência vem antes da beneficência.

É o Apóstolo mesmo quem explicita a diferença entre as duas esferas da caridade, dizendo que o maior ato de caridade exterior – o de repartir com os pobres todos os próprios bens – não serviria de nada sem a caridade interior (cf. 1 Cor 13,3). Seria o oposto da caridade “sincera”. A caridade hipócrita, de fato, é justo a que faz coisas boas sem querer bem; que mostra por fora o que não tem correspondência no coração. Neste caso, temos uma pequenez da caridade, que no fim pode ser disfarce de egoísmo, da busca de si mesmo, instrumentalização do irmão ou simples remorso de consciência.

Seria um erro fatal contrapor a caridade do coração à dos fatos, ou refugiar-se na caridade interior para achar nela uma espécie de álibi da falta de caridade nas obras. No mais, dizer que, sem a caridade, “nada adianta dar tudo aos pobres” não significa que isto não sirva para ninguém e seja inútil. Significa, sim, que não serve de nada “para mim”, mas pode ajudar o pobre que a recebe. Não se trata, portanto, de atenuar a importância das obras de caridade (veremos isto na próxima vez), mas de garantir que elas tenham fundamento firme contra o egoísmo e as suas astúcias infinitas. São Paulo quer que os cristãos sejam “enraizados e fundados na caridade” (Ef 3,17): que o amor seja a raiz e o fundamento de tudo.

Amar sinceramente quer dizer amar com esta profundidade, num grau em que você não pode mentir, porque está sozinho diante de si mesmo, do espelho da sua consciência, sob o olhar de Deus. “Ama o irmão”, escreve Agostinho, “aquele que, perante Deus, onde só ele vê, confirma o seu coração e se pergunta no íntimo se em verdade age por amor do irmão; e o olhar que penetra o coração, onde o homem não consegue enxergar, lhe rende testemunho” [4]. Era sincero, portanto, o amor de Paulo pelos hebreus se ele podia dizer: “Eu digo a verdade em Cristo, não minto; pois a minha consciência o confirma por meio do Espírito Santo; trago no peito grande tristeza e sofrimento contínuo; quisera eu mesmo ser anátema, separado de

Cristo, por amor de meus irmãos, meus parentes segundo a carne” (Rm 9, 1-3).

Para ser genuína, a caridade cristã deve partir de dentro, do coração. E as obras de misericórdia, “das vísceras da misericórdia” (Col 3,12). Devemos, porém, precisar que se trata aqui de algo bem mais radical que a simples “interiorização”, que um mero acentuar mais a prática interna da caridade do que a externa. Este é só o primeiro passo. A interiorização se aproxima da divinização! O cristão, dizia São Pedro, é quem ama “de coração sincero”. Mas com que coração? Com “o coração novo e o Espírito novo” recebidos no batismo.

Quando um cristão ama assim, é Deus quem ama através dele; ele se torna um canal do amor de Deus. Acontece como pela consolação, que não é mais que uma modalidade do amor: “Deus nos consola em toda nossa tribulação para podermos nós também consolar os que sofrem todo tipo de aflição com a mesma consolação com que somos consolados por Deus” (2 Cor 1,4). Nós consolamos com a consolação com que somos consolados por Deus, amamos com o amor com que somos amados por Deus. Não com outro. Isto explica a ressonância, aparentemente desproporcionada, de simplíssimos atos de amor, tantas vezes até escondidos, e toda a esperança e luz que eles criam ao seu redor.

3. A caridade edifica

Quando se fala da caridade nos escritos apostólicos, nunca se fala em abstrato, de modo genérico. O fundo é sempre a edificação da comunidade cristã. Em outras palavras, o primeiro âmbito de exercício da caridade tem que ser a Igreja e, mais concretamente, a comunidade em que se vive, as pessoas com que se têm relações cotidianas. Assim deve ser hoje ainda, em particular no coração da Igreja, entre os que trabalham em contato estreito com o Sumo Pontífice.

Durante certo tempo, na antiguidade, designou-se com o termo caridade, *ágape*, não só a refeição fraterna que os cristãos faziam juntos, mas também a Igreja inteira [5]. O mártir Santo Inácio de Antioquia saúda a Igreja de Roma como a que “preside a caridade (

ágape

)”, ou seja, a “fraternidade cristã”, no conjunto de todas as igrejas [6]. Esta frase não afirma só o

fato

do primado, mas também a sua *natureza*

, o modo de exercê-lo: na caridade.

A Igreja tem necessidade urgente de uma camada de caridade que restaure as suas fraturas. Paulo VI dizia num discurso: “A Igreja precisa sentir refluir por todas as suas faculdades humanas a onda do amor, daquele amor que se chama caridade, e que se difunde em nossos corpos por obra do Espírito Santo dado a nós” [7]. Só o amor cura. É o óleo do samaritano. Óleo também porque tem que flutuar acima de tudo, como o óleo sobre os líquidos. “Acima de tudo esteja a caridade, vínculo da perfeição” (Col 3,14). Acima de tudo, *super omnia*. Portanto, acima da fé e da esperança, da disciplina, da autoridade, ainda que, evidentemente, as próprias disciplina e autoridade podem ser uma expressão da caridade. Não há unidade sem caridade, e, se houvesse, seria uma unidade de pouco valor para Deus.

Um âmbito importante em que trabalhar é o dos julgamentos mútuos. Paulo escrevia aos Romanos: “Por que julgas o teu irmão? Por que desprezas o teu irmão? Deixemos de julgar-nos uns aos outros” (Rm 14, 10.13). Antes dele, Jesus tinha dito: “Não julgueis, para não serdes julgados. [...] Por que observas o cisco no olho do teu irmão e não vês a trave no teu?” (Mt 7, 1-3). Compara o pecado do próximo (o pecado julgado), seja qual for, a um cisco, diante do pecado de quem julga (o pecado de julgar), que é uma trave. A trave é o próprio fato de julgar, tão grave ele é perante Deus.

O discurso sobre julgamentos é delicado e complexo. Se ficar pela metade, parece pouco realista. Como é que se pode viver sem julgar nunca? O juízo é implícito em nós até num olhar. Não podemos observar, escutar, viver, sem fazer avaliações, ou seja, sem julgar. Um pai, um superior, um confessor, um juiz, qualquer um que tenha responsabilidade sobre outros, precisa julgar. Às vezes, até, como é o caso de muitos aqui na cúria, o julgar é, precisamente, o tipo de serviço que se é chamado a prestar à sociedade ou à Igreja.

Realmente, não é tanto o julgar que deve ser extirpado do nosso coração, mas o veneno do nosso julgar! O rancor, a condenação. Na redação de Lucas, o mandado de Jesus “Não julgueis e não sereis julgados” é seguido imediatamente, como para explicitar o sentido destas palavras, pelo mandado “Não condeneis e não sereis condenados” (Lc 6,37). Em si, julgar é uma ação neutra. O juízo pode terminar tanto em condenação quanto em absolvição e justificação. São os juízos negativos os que a palavra de Deus reprime e elimina, aqueles que condenam o pecador junto com o pecado, aqueles que olham mais para a punição do que para a correção do irmão.

Outro ponto qualificador da caridade sincera é a estima: “Lutai para vos estimardes mutuamente” (Rm 12,10). Para estimar o irmão, é preciso não estimar demais a si mesmo, não ser sempre seguro de si. É preciso, diz o Apóstolo, “não ter uma visão alta demais de si próprio” (Rm 12,3). Quem tem uma ideia muito alta de si mesmo é como um homem que, à noite, tem diante dos olhos uma fonte de luz intensa: não consegue ver nada além dela; não consegue ver a luz dos irmãos, seus dotes e seus valores.

“Minimizar” deve se tornar o nosso verbo preferido nas relações com os outros: minimizar os nossos destaques e minimizar os defeitos alheios. Não minimizar os nossos defeitos e os destaques alheios, como somos tantas vezes levados a fazer; é diametralmente o oposto! Há uma fábula de Esopo a este respeito; reelaborada por La Fontaine, ela diz assim:

“Ao chegar a este vale, cada um traz ao ombro um duplo embornal. Dentro do embornal dianteiro, lança prazenteiro os defeitos do próximo, enquanto no outro lança os próprios” [8].

Deveríamos inverter: lançar os nossos próprios defeitos na sacola que temos à nossa frente, e os defeitos dos outros deixá-los na sacola que fica para trás. São Tiago admoesta: “Não faleis mal uns dos outros” (Tg 4,11). A fofoca parece ter virado coisa inocente, mas é uma das que mais poluem a vida em grupo. Não basta não falar mal dos outros; precisamos também impedir que os outros o façam em nossa presença; fazê-los notar, mesmo que silenciosamente, que não estamos de acordo. Como é diferente o ar que respiramos num ambiente de trabalho ou numa comunidade quando levamos a sério a admoestação de São Tiago! Em muitos locais públicos está escrito “Aqui não se fuma”. Antigamente havia até alguns avisos de “Aqui não se blasfema”. Não faria mal acrescentar, em alguns casos, “Aqui não se fofoca”.

Terminemos ouvindo como dirigida a nós mesmos a exortação do Apóstolo à comunidade dos filipenses, tão amada por ele: “Tornai plena a minha alegria cultivando um só pensar, um mesmo amor, sendo unânimes e nutrindo um só sentimento. Nada façais por espírito de separação ou por vanglória, mas, com humildade, cada um repute os outros superiores a si mesmo, procurando não o próprio interesse, mas o do próximo. Tende em vós os mesmos sentimentos de Cristo Jesus” (Fil 2, 2-5).

[Traduzido do original italiano por ZENIT]

Notas:

1. Cf. S. Kierkegaard, *Os atos do amor*, versão italiana, Milão, Rusconi, 1983, p. 163.
2. Bento XVI, *Jesus de Nazaré*, II Parte, Livraria Editora Vaticana, 2011, p. 76.
3. S. Catarina de Sena, *Diálogo* 64.
4. S. Agostinho, *Comentário à Primeira Carta de João*, 6,2 (PL 35, 2020).
5. Lampe, *A Patristic Greek Lexicon*, Oxford 1961, p. 8
6. S. Inácio de Antioquia, *Carta aos Romanos*, saudação.
7. Audiência geral de 29 de novembro de 1972 (*Insegnamenti di Paolo VI*, Tipografia Poliglotta Vaticana, X, pp. 1210).
8. J. de La Fontaine, *Fábulas*, I, 7